



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Analista de Finanças e Controle - AFC
STN - 2005

Provas 2 e 3

Área: Contábil-Financeira

INSTRUÇÕES

Nome: _____

Nº de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico, se necessário:
"O mundo abre passagem para o homem que sabe para onde está indo".
- 4 - **DURAÇÃO DAS PROVAS: 4 horas**, incluído o tempo para a elaboração da Prova Discursiva e para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova objetiva, há **30 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
- 9 - Durante as provas, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término das provas**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 7.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início das provas; a **não-observância** dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - A prova objetiva está assim constituída:

Disciplina	Questões
Contabilidade Pública	01 a 20
Contabilidade Geral	21 a 30

Quanto à Prova Discursiva

- 1 - Identifique-se apenas na capa da prova (página 9); sua prova discursiva **não** poderá ser assinada ou rubricada nem conter marcas ou sinais identificadores.
- 2 - Use as folhas pautadas do caderno desta prova para desenvolver sua redação.
- 3 - As folhas em branco, no final do caderno, poderão ser usadas para rascunho.
- 4 - **Não** escreva no espaço à direita "Reservado ao Examinador".

Boa Prova!

CONTABILIDADE PÚBLICA

- 01- O regime contábil consagrado pela Lei nº 4.320/64 para contabilidade pública é o de caixa para a Receita e de competência para a Despesa. Assinale a opção que indica exceção ao regime de caixa para a receita.
- a) O reconhecimento da receita na inscrição da Dívida Ativa.
 - b) O recebimento de receitas oriundas de operações de crédito.
 - c) O recebimento de doações em dinheiro.
 - d) O recebimento de tributos.
 - e) O recebimento de transferências financeiras.
- 02- O campo de aplicação da Contabilidade Pública vem-se expandindo nos últimos anos, sobretudo por determinação da legislação federal. Assinale a opção que indica os entes incluídos no seu campo de aplicação, em razão da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.
- a) Autarquias federais.
 - b) Empresas estatais dependentes.
 - c) Fundações públicas pertencentes aos municípios.
 - d) Empresas controladas pelas instituições financeiras públicas.
 - e) Empresas públicas financeiras.
- 03- A liquidação da despesa de que trata o Art. 36 do Decreto nº 93.872/96 tem por finalidade, entre outras:
- a) estimar o montante da despesa quando o empenho não for ordinário.
 - b) definir a importância exata a pagar.
 - c) deduzir o valor da despesa da dotação autorizada.
 - d) informar ao credor o compromisso da administração em realizar a aquisição.
 - e) comprometer recursos com o credor.
- 04- Na execução do Orçamento Geral da União importa registrar todos os atos e fatos relativos à realização da receita e da despesa, mesmo que essas não sejam efetivas. Assinale, a seguir, a opção que indica uma receita não efetiva e uma despesa efetiva, respectivamente.
- a) Recebimento de imposto de renda e pagamento de pessoal.
 - b) Recebimento de dívida ativa e aquisição de material de consumo.
 - c) Recebimento de operação de crédito e pagamento de serviços de terceiros – pessoa jurídica.
 - d) Recebimento de contribuições previdenciárias e aquisição de veículos.
 - e) Recebimento de receitas de serviços e pagamento de empréstimos.
- 05- No registro dos fatos contábeis permutativos, a contabilidade aplicada às entidades do setor público utiliza conceitos próprios que são as mutações e as interferências. Assinale a opção a seguir em que ocorre uma mutação ativa na contabilização.
- a) Pagamento de pessoal.
 - b) Aquisição de material de consumo para estoque no almoxarifado.
 - c) Aquisição de serviços.
 - d) Recebimento de material permanente por doação.
 - e) Pagamento de empréstimo contraído.
- 06- O Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, estruturado com o propósito de atender, de maneira uniforme e sistematizada, ao registro contábil dos atos e fatos relacionados com os recursos do Tesouro Nacional, possui as seguintes características, exceto:
- a) está estruturado em seis (6) classes de contas, das quais quatro (4) são contas de resultado.
 - b) as contas de controle da execução orçamentária da receita e da despesa estão localizadas nos Grupos 1.9 e 2.9.
 - c) está estruturado em quatro sistemas de contas, a saber: orçamentário, financeiro, patrimonial e de controle.
 - d) o código da conta é composto por nove dígitos e sete níveis.
 - e) a consolidação do balanço será no terceiro nível da conta.
- 07- A Tabela de Eventos da Administração Pública Federal é o instrumento utilizado no preenchimento de telas e/ou documentos de entrada de dados do sistema SIAFI. Assinale, a seguir, a afirmação falsa em relação a esse instrumento.
- a) A estrutura do código dos eventos é composta de *Classe, Tipo de Utilização e Seqüencial*.
 - b) Cada evento possui um roteiro de contabilização que indica os lançamentos contábeis a serem realizados no registro do documento.
 - c) Os eventos da classe 51 referem-se à apropriação de despesa (liquidação de despesa).
 - d) Os eventos mantêm correlação com os documentos de entrada, sem exceção.
 - e) Alguns fatos para serem contabilizados necessitam a combinação de mais de um evento no documento.

- 08- Constituem-se em objetivos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, bem como dos principais documentos utilizados no seu funcionamento, exceto:
- padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que eles permanecem sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora.
 - fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, por meio da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
 - permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos.
 - Ordem Bancária – OB, Nota de Empenho – NE, Nota de Lançamento – NL e Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS são documentos utilizados pelo sistema.
 - prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública, inclusive das empresas de economia mista.
- 09- Segundo disposição do artigo 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como na Demonstração das Variações Patrimoniais. Assinale a opção falsa em relação a essas demonstrações.
- No Balanço Patrimonial, o ativo é composto pelas rubricas Ativo Financeiro, Ativo Permanente e Ativo Compensado.
 - O resultado patrimonial do exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, leva em conta as alterações resultantes da execução orçamentária, bem como as independentes dessa.
 - O confronto entre a previsão e a realização, tanto da receita como da despesa, dá-se no Balanço Orçamentário.
 - No Balanço Financeiro, os restos a pagar inscritos no exercício são computados com receita orçamentária.
 - A dívida fundada que dependa de autorização orçamentária para o seu pagamento integra o Passivo Permanente.
- 10- A Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, entre outras disposições, define normas de escrituração e consolidação das contas. Assinale a opção falsa em relação a essas disposições.
- Cabe ao órgão central de contabilidade da União, a edição de normas gerais de consolidação das contas públicas, enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal.
 - Os fluxos financeiros devem ser apurados pelo regime de caixa.
 - O sistema de custo da administração pública exclui a gestão orçamentária.
 - As despesas e receitas previdenciárias devem constar de demonstrativo específico.
 - Cabe ao Poder Executivo da União a consolidação das contas nacionais.
- 11- Assinale, a seguir, a opção correta em relação aos Riscos Fiscais, segundo disposição do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal de que trata a Portaria STN nº 470, de 31.08.04.
- Os Riscos Fiscais são todas as ocorrências que impactam as contas públicas.
 - Os precatórios são um tipo de Riscos Fiscais.
 - A reserva de contingência é a única forma de cobertura dos Riscos Fiscais.
 - Os Riscos Fiscais são classificados em Riscos Orçamentários e Riscos da Dívida.
 - A restituição de receitas tributárias em valores superiores aos previstos no orçamento não constitui Riscos Fiscais por se tratar de recursos dos contribuintes.
- 12- A respeito do Relatório de Gestão Fiscal de que trata o Art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, é incorreto afirmar que:
- no caso do Poder Legislativo Federal, o Relatório será assinado pelo Presidente do Congresso Nacional.
 - é facultada aos municípios com população inferior a cinquenta mil a publicação semestral.
 - a concessão de garantias e contra-garantias deve constar do relatório.
 - a extrapolação de limites em um Poder compromete toda a esfera de governo em que está localizada.
 - no último quadrimestre do exercício o Relatório deverá indicar a disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro.
- 13- O Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de que trata a Portaria STN nº 471, de 31.08.2004, apresenta as seguintes características, exceto:
- a obrigatoriedade pela sua elaboração e publicação recai somente sobre o Poder Executivo Federal.
 - o Balanço Orçamentário integra os demonstrativos que devem ser incluídos no relatório.
 - a sua publicação é uma determinação constitucional.
 - a periodicidade mínima de sua publicação é bimestral.
 - as empresas de economia mista que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social devem ser incluídas no relatório.

14- Assinale a opção falsa em relação à receita pública, de acordo com o que dispõe o Manual de Procedimentos da Receita Pública, de que trata a Portaria STN nº 219, de 29.04.2004.

- a) Receita pública são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público.
- b) A receita pública efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
- c) Os ingressos provenientes da prestação de serviços são classificados como Receitas Correntes.
- d) A receita pública pode ou não provocar variação na situação patrimonial líquida.
- e) As receitas de capital somente podem ser aplicadas em despesa de capital.

15- Assinale a opção correta em relação aos procedimentos da Dívida Ativa estabelecidos pelo Manual de que trata a Portaria STN nº 564, de 27.10.2004.

- a) A Dívida Ativa refere-se somente a créditos tributários lançados e não recebidos.
- b) As despesas relacionadas à cobrança dos créditos que forem de responsabilidade da Fazenda Pública devem ser reconhecidas, pagas e transitar pela Dívida Ativa.
- c) O encaminhamento dos créditos para inscrição, da unidade gestora do crédito para a unidade competente para inscrição dentro do mesmo ente público, implica decréscimo patrimonial na primeira e acréscimo patrimonial na segunda.
- d) Na inscrição, os juros dos créditos vencidos devem ser incorporados ao principal.
- e) Por ser uma determinação legal, a contabilidade do setor público registra os créditos de dívida ativa, embora esses não estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público - NICSP.

16- Segundo o que dispõe a Portaria STN nº 448, na confecção de material por encomenda a despesa poderá ser classificada como serviços de terceiros se:

- a) os valores não excederem ao montante permitido para aquisição com dispensa de licitação.
- b) o material for destinado ao uso de outra unidade.
- c) a entidade ou o próprio órgão fornecer a matéria-prima para a confecção.
- d) todo o material se referir a material de consumo.
- e) o custo do material final produzido seja majoritariamente de mão-de-obra.

17- Assinale a opção correta em relação às regras a serem obedecidas pelos entes envolvidos nas transferências de recursos intergovernamentais (Portaria STN nº 447, de 13.09.2002).

- a) As receitas nas entidades beneficiárias das transferências somente devem ser contabilizadas quando houver o repasse financeiro.
- b) As receitas deverão ser reconhecidas no ente receptor quando ocorrer a liquidação no repassador, independentemente da transferência financeira.
- c) Os entes repassadores deverão informar a cada bimestre o montante das transferências financeiras efetuadas.
- d) Os Restos a Pagar inscritos pelo repassador não constituem receitas no beneficiário até que ocorra a transferência financeira.
- e) O ajuste da receita no ente receptor é obrigatório somente no final do exercício.

18- Na realização de despesa cuja execução orçamentária e financeira seja de forma descentralizada, a contabilização deverá ocorrer da seguinte forma, exceto:

- a) a despesa deverá ser empenhada na unidade concedente e na destinatária dos créditos na modalidade transferências intragovernamentais.
- b) a transferência financeira para realização da despesa descentralizada ocorrerá por meio dos documentos financeiros usuais.
- c) nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de cada ente se compensarão, tornando-se nulos seus efeitos nas demonstrações.
- d) o registro da transferência financeira deverá ser feito em contas de resultado específicas para evidenciar as variações ativas e passivas correspondentes.
- e) as regras estabelecidas pelo órgão central de contabilidade da União, para a realização de despesa por meio de transferência intragovernamental, são aplicáveis às demais esferas de governo.

19- Assinale a opção correta em relação aos procedimentos contábeis estabelecidos pelo órgão central do sistema de contabilidade federal para o FUNDEF.

- a) As receitas provenientes do FPE, do FPM, do ICMS, do IPI na forma da Lei Complementar nº 61 serão contabilizados pelos seus valores brutos nos respectivos códigos de receitas.
- b) Os quinze por cento retidos automaticamente das receitas do FUNDEF serão contabilizados em contas de despesa.
- c) Na proposta orçamentária, a receita poderá constar pelo valor bruto, desde que a despesa inclua a dedução.
- d) A despesa fixada poderá ser pelo valor bruto, desde que a parcela de dedução conste da receita prevista.
- e) Na proposta orçamentária, tanto a receita como a despesa devem constar pelo valor líquido.

20- Segundo o que dispõe a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001, na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à natureza, deverá ser feita:

- a) obrigatoriamente por sub-elemento de despesa.
- b) somente por categoria econômica e grupo de despesa.
- c) somente por categoria econômica.
- d) por categoria econômica e elemento de despesa.
- e) no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

CONTABILIDADE GERAL

21- Assinale a opção que contém a afirmativa incorreta sobre princípios fundamentais de contabilidade.

- a) O princípio da competência estabelece diretrizes para classificação das mutações patrimoniais resultantes da observância do princípio da oportunidade.
- b) Observando-se o princípio do registro pelo valor original, o princípio da prudência somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do princípio da competência.
- c) A observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência, pois se relaciona à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, sendo importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.
- d) Segundo o princípio da entidade o patrimônio a ela pertence, mas a recíproca não é verdadeira. A agregação contábil de patrimônios resulta em nova entidade.
- e) A observância do princípio da continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, às vezes, o valor ou o vencimento dos passivos.

22- A firma Bodegueiros Comerciais Ltda. mandou elaborar a ficha de controle de estoques de sua mercadoria "X", cuja tributação ocorre com a incidência de ICMS de 17%, com as seguintes informações:

30/09 - estoque existente:	30 unidades a R\$ 18,00
06/10 - compras a prazo:	100 unidades a R\$ 24,10
07/10 - vendas a prazo:	60 unidades a R\$ 36,14
08/10 - compras a vista:	100 unidades a R\$ 30,12
09/10 - vendas a vista:	90 unidades a R\$ 36,14

Os cálculos de controle dos estoques foram feitos a partir dos dados acima, considerando o critério de avaliação Last In, First Out (LIFO ou UEPS) mas, sabendo da não permissão de uso desse critério para fins fiscais, a organização mandou refazer os cálculos para contabilizar as transações segundo o critério First In, First Out (FIFO ou PEPS).

A mudança de critério provocou uma variação para menos no valor de

- a) R\$ 69,70 no ICMS a Recuperar.
- b) R\$ 69,70 no ICMS a Recolher.
- c) R\$ 410,00 no RCM.
- d) R\$ 410,00 no CMV.
- e) R\$ 410,00 no estoque final.

23- Em 20 de outubro de 2004, a empresa Milícias S/A mandou contabilizar a baixa por venda de uma máquina de uso, auferindo um lucro da ordem de 20% sobre o preço obtido na alienação.

Referida máquina fora comprada por R\$150.000,00, em primeiro de abril de 1998, e seu valor tem sido atualizado, trimestralmente, por depreciação feita com base em vida útil estimada de 10 anos e saldo residual de 20% do custo.

A operação, devidamente contabilizada vai-nos mostrar que o preço de venda obtido na alienação foi de

- a) R\$ 52.500,00
- b) R\$ 63.000,00
- c) R\$ 65.625,00
- d) R\$ 86.400,00
- e) R\$ 90.000,00

24- Assinale a opção que completa a afirmativa corretamente.

São erros de escrituração os seguintes:

- a) borrões, rasuras, estorno de lançamento, saltos de linhas, salto de páginas.
- b) erros de algarismos, troca de uma conta por outra, inversão de contas, omissão de lançamento, repetição de lançamento.
- c) erro de algarismo lançado a mais, lançamento retificativo, erro de algarismo lançado a menor, troca de uma conta por outra, inversão de contas.
- d) omissão de lançamento, repetição de lançamento, inversão de lançamento, troca de uma conta por outra, lançamento complementar.
- e) estorno de lançamento, borrões, rasuras, retificação de lançamento, saltos de linhas, ressalva por profissional habilitado.

25- A empresa Mersa S/A, em agosto de 2004, contratou operação de desconto de duplicatas no valor de R\$150.000,00, com encargos iniciais de 4%. Em 15 de setembro o título venceu, mas o cliente não o quitou, tendo a empresa acertado a operação com o Banco, mantendo a duplicata em cobrança. Em 30 de setembro o cliente providenciou a quitação da letra no Banco, com juros de 6%.

Para registrar o evento de 30/09/04 o Setor de Contabilidade da Mersa S/A efetuou o seguinte lançamento:

- a) Diversos
 - a Duplicatas Descontadas
 - Bancos conta Movimento R\$150.000,00
 - Juros Ativos R\$ 9.000,00 R\$159.000,00
- b) Duplicatas Descontadas
 - a Diversos
 - a Bancos conta Movimento R\$150.000,00
 - a Juros Ativos R\$ 9.000,00 R\$159.000,00
- c) Bancos conta Movimento
 - a Diversos
 - a Duplicatas a Receber R\$150.000,00
 - a Juros Ativos R\$ 9.000,00 R\$159.000,00
- d) Bancos conta Movimento
 - a Diversos
 - a Duplicatas Descontadas R\$150.000,00
 - a Juros Ativos R\$ 9.000,00 R\$159.000,00
- e) Diversos
 - a Diversos
 - Duplicatas Descontadas R\$150.000,00
 - Bancos conta Movimento R\$ 9.000,00 R\$159.000,00
 - a Duplicatas a Receber R\$150.000,00
 - a Juros Ativos R\$ 9.000,00 R\$159.000,00

26- Eis o rol das contas utilizadas pela Empresa Comercial Zinho Ltda., com saldos apurados no fim do exercício social.

Ações de Coligadas	R\$ 57.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 5.000,00
Amortização Acumulada	R\$ 6.000,00
Bancos conta Movimento	R\$ 50.000,00
Caixa	R\$ 35.000,00
Capital a Integralizar	R\$ 45.000,00
Capital Social	R\$250.000,00
Clientes	R\$ 65.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 23.000,00
Duplicatas a Pagar	R\$115.000,00
Duplicatas a Receber	R\$100.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 46.000,00
Fornecedores	R\$ 78.000,00
Gastos de Instalação	R\$ 14.000,00
ICMS a Recolher	R\$ 21.000,00
ICMS a Recuperar	R\$ 10.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 17.000,00
Material de Consumo	R\$ 30.000,00
Mercadorias	R\$ 70.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 66.000,00
Participação Acionária	R\$ 40.000,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ 8.000,00
Provisão para Férias	R\$ 23.000,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 9.000,00
Provisão para Perdas em Investimentos	R\$ 4.000,00
Produtos para Venda	R\$ 34.000,00
Receitas a Vencer	R\$ 8.000,00
Reservas de Capital	R\$ 10.000,00
Reservas de Lucro	R\$ 25.000,00
Reservas de Reavaliação	R\$ 13.000,00
Salários a Pagar	R\$ 38.000,00
Seguros a Vencer	R\$ 12.000,00
Veículos	R\$ 98.000,00

Observações: Na relação acima não consta o resultado líquido do exercício apurado após o imposto de renda, as participações e as destinações propostas à Assembleia Geral. Isto é, está faltando calcular a parcela de resultado que, nesse exercício, foi incorporada ao saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. Uma vez calculada essa diferença e considerada no saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, podemos dizer que as contas acima listadas apresentam:

- a) saldos devedores no valor de R\$ 731.000,00.
- b) saldos credores no valor de R\$ 694.000,00.
- c) ativo patrimonial no valor de R\$ 681.000,00.
- d) passivo patrimonial no valor de R\$ 292.000,00.
- e) patrimônio líquido no valor de R\$ 352.000,00.

27- A Comercial Elipse S/A forneceu as seguintes informações relativas a seu movimento de negócios durante o mês de agosto:

- 1) o ICMS é apurado e ajustado mensalmente;
- 2) o ICMS é incidente à alíquota de 17%;
- 3) o PIS - Faturamento é calculado à alíquota de 2%;
- 4) a COFINS é calculada à alíquota de 3%;
- 5) os inventários físico e financeiro são realizados mensalmente;
- 6) a conta Mercadorias tinha saldo de R\$ 120.000,00 em 31 de julho;
- 7) as compras do período foram de R\$ 400.000,00;
- 8) as vendas do período foram de R\$ 500.000,00;
- 9) o estoque de mercadorias em 31 de agosto era de R\$ 230.000,00;
- 10) houve R\$ 25.000,00 de abatimentos de vendas;
- 11) no período foram anuladas compras de R\$ 40.000,00.

Considerando todas as informações acima, e apenas elas, pode-se dizer que essa empresa obteve Lucro Operacional Bruto no valor de

- a) R\$ 209.250,00
- b) R\$ 206.137,00
- c) R\$ 202.100,00
- d) R\$ 185.137,50
- e) R\$ 181.700,00

28- No balanço Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, na linha que indicar os dividendos propostos, deve ser informado o montante, em reais, do dividendo distribuído por ação do capital social.

A empresa Cia. de Alimentação & Merendas tem capital formado de onze milhões de ações, das quais, um milhão estão em Tesouraria. Dessas ações, dois milhões são preferenciais classe A, com dividendo fixo de R\$ 0,06 por ação; dois milhões são preferenciais classe B, com dividendo mínimo de R\$ 0,12 por ação; e as restantes são ordinárias, inclusive, as que estão em Tesouraria.

Considerando-se o caso da empresa supracitada, em que o valor total do dividendo proposto foi de R\$ 920.000,00, na aludida demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, deve constar a seguinte informação:

- a) Dividendos propostos (R\$ 0,084 por ação do capital social) R\$ 920.000,00.
- b) Dividendos propostos (R\$ 0,092 por ação do capital social) R\$ 920.000,00.
- c) Dividendos propostos (R\$ 0,090 por ação preferencial e R\$ 0,093 por ação ordinária) R\$ 920.000,00.
- d) Dividendos propostos (R\$ 0,060 por ação preferencial classe A; R\$ 0,120 por ação preferencial classe B; e R\$ 0,093 por ação ordinária) R\$ 920.000,00.

- e) Dividendos propostos (R\$ 0,060 por ação preferencial classe A; R\$ 0,120 por ação preferencial classe B; R\$ 0,080 por ação em Tesouraria e R\$0,080 por ação ordinária) R\$ 920.000,00.

Área para rascunho

29- A Cia. Comercial SST terminou o exercício social com lucro líquido de R\$ 120.000,00, devendo constituir a reserva legal nos termos da lei, para fins de elaboração de suas Demonstrações Financeiras.

O Patrimônio Líquido da referida empresa tem o valor de R\$ 224.000,00, e é composto das seguintes contas:

Capital Social	R\$ 200.000,00
Capital a Integralizar	R\$ 50.000,00
Reservas de Capital	R\$ 21.000,00
Reservas de Reavaliação	R\$ 6.000,00
Reserva Legal	R\$ 35.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 1.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 11.000,00

Com base na situação supra descrita, a empresa deverá contabilizar na conta Reserva Legal

- R\$ 6.000,00, pois deverá ser constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício.
- R\$ 5.000,00, pois não deverá ultrapassar 20% do capital social.
- R\$ 4.000,00, pois somada às reservas de capital, não deverá ultrapassar 30% do capital social.
- R\$ 3.000,00, pois somada às outras reservas de lucro e às reservas de capital, não deverá ultrapassar 30% do capital social.
- R\$ 0,00, pois a reserva legal não deverá ultrapassar 20% do capital social realizado.

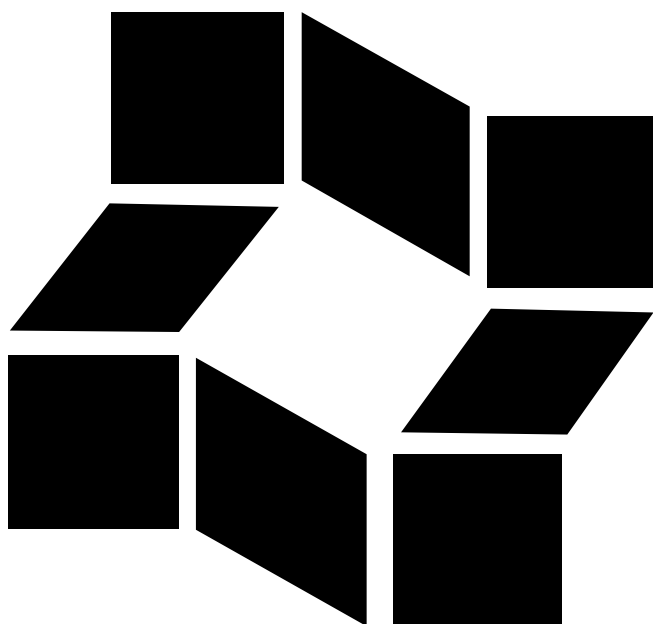
30- Tomemos como exemplo as operações realizadas pela Cia. Comercial de Lixeiras, durante o exercício de 20x4, para elaborar a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos nos termos da Lei nº 6.404/76.

Operações:

- venda, a vista, de mercadorias por R\$ 50.000,00, com lucro de 30% sobre as vendas;
- compra, a prazo, de móveis e utensílios para uso por R\$ 40.000,00;
- obtenção de empréstimo bancário, com juros de 5%, para pagamento em 30 parcelas iguais de R\$ 4.000,00, iniciando-se em 30 de novembro de 20x4;
- pagamento de R\$12.000,00 de hipotecas de longo prazo;
- recebimento de créditos no valor de R\$ 16.000,00, com juros de 8%;
- registro dos encargos de depreciação no valor de R\$ 3.000,00;
- aumento do capital social em R\$ 4.000,00, com realização em dinheiro;
- venda, a vista, de equipamentos usados por R\$ 2.000,00, baixando-se um custo de alienação de R\$ 1.200,00;
- pagamento de despesas gerais no valor de R\$ 700,00;
- aumento do capital social em R\$ 5.000,00 para integralização futura;
- aquisição de coligação acionária por R\$ 25.000,00, para pagamento em 25 parcelas mensais, iguais, a partir de 30/11/x4; e
- destinação do lucro do período, sendo: R\$ 1.380,00 para imposto de renda; R\$ 1.000,00 para reservas; e R\$ 2.000,00 para pagamento de dividendos.

Com base nessas operações a empresa mandou elaborar a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, nos termos da Lei nº 6.404/76, a qual, certamente, vai evidenciar os seguintes itens e valores:

- Origens de Recursos no valor de R\$ 94.200,00.
- Origens de Recursos no valor de R\$ 71.000,00.
- Aplicações de Recursos no valor de R\$ 79.000,00.
- Aplicações de Recursos no valor de R\$ 60.800,00.
- Redução do Capital Circulante Líquido em R\$ 10.200,00.



ESAF